

## ENTREVISTA COM BOLÍVAR LAMOUNIER.<sup>1</sup>

### INTERVIEW WITH BOLÍVAR LAMOUNIER.

Eduardo Lopes Cabral Maia\*

Reginaldo Teixeira Perez\*\*

**Bolívar Lamounier** é um dos mais destacados cientistas políticos brasileiros. Diretor da Augurium Consultoria, é Bacharel em Sociologia e Política pela UFMG (1964) e Ph.D. em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (1974). Foi membro da Comissão de Estudos Constitucionais (“Comissão Afonso Arinos”) nomeada pela Presidência da República em 1985 para preparar o anteprojeto da Constituição. Coordenou o programa de estudos sobre a revisão constitucional do Instituto de Estudos Avançados da USP em 1992-1993. Integrou o COPS (Conselho de Orientação Política e Social) da Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo – de 1989 a 2001. Presidiu o Conselho Diretor do CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública – da Universidade de Campinas, São Paulo, de 1993 a 1999. Atualmente, é membro do Comitê Assessor Acadêmico do Clube de Madri (entidade integrada por ex-chefes de Estado, criada em outubro de 2002, com o objetivo de promover internacionalmente a democracia). Escreve frequentemente para os mais importantes veículos da imprensa brasileira. Em 1997 foi eleito para a Academia Paulista de Letras. É autor de numerosos (e fundamentais) estudos de Ciência Política publicados no Brasil e no exterior. A entrevista publicada a seguir foi concedida a professores do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria DCS/CCSH/UFSM por ocasião de sua visita a Santa Maria/RS, onde lançou sua última obra, *Tribunos, profetas e sacerdotes* – Intelectuais e ideologias no século XX (São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 261 p.) na Feira do Livro.

<sup>1</sup> Entrevista concedida em 08 de maio de 2015 aos Professores Eduardo Lopes Cabral Maia e Reginaldo Teixeira Perez para a *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*.

\* Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professor Adjunto II do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil; e-mail: [eduardolcm@gmail.com](mailto:eduardolcm@gmail.com)

\*\* Doutor em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes (IUPERJ-UCAM) e Professor Associado IV do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil; e-mail: [rtp10@hotmail.com](mailto:rtp10@hotmail.com)

[Pergunta] *Parece estar se consolidando no Brasil a perspectiva interpretativa dicotômica de nossa tradição institucional: Oliveira Vianna, antes de todos, definiu como “idealistas orgânicos” vs. “idealistas constitucionais” (no que foi seguido por Gildo Marçal Brandão); Werneck Vianna como “Iberistas” vs. “Americanistas”; o senhor, em Tribunos, profetas e sacerdotes, optou pela diade “liberais” vs. “antiliberais”. O que há de comum e de diferente nessas designações?*

*Bolívar Lamounier* - Eu penso que não há terreno comum. A designação “realistas” e “utópicos” é, evidentemente, enviesada, do ponto de vista filosófico, ideológico. O autor, aquele que fala em termos dessa dicotomia nunca se coloca do lado utópico; ele se considera realista. Quer dizer, a expressão é evidentemente um dedo apontado para quem é identificado como um adversário intelectual. No caso de Oliveira Viana, sabidamente era Rui Barbosa, que era acusado de ter transplantado instituições inconvenientes ao País. E, assim, todos naquela geração, que emergiu logo após a proclamação da República e a adoção da Constituição de 1891, falavam nesses termos, queriam dizer que a constituição liberal e federativa não se adaptava ao Brasil. Você nunca encontra dois que digam exatamente a mesma coisa, embora eles recorram ao mesmo padrão de crítica. Por exemplo, Alberto Torres era contra o Brasil ser uma federação. O Brasil que saía de um Império unitário para se organizar federativamente. Então eu penso que essa dicotomia já se mostrava inadequada na origem. Com o tempo eu me convenci de que, além do mais, naquela geração, ela era portadora de uma influência europeia que eu chamo de protofascista. Quer dizer, é um tipo de pensamento que se pode encontrar com muita facilidade no período anterior ao fascismo, tanto na Itália, como na Espanha e na Alemanha. É muito parecido, você até tem a sensação de estar lendo o mesmo livro. Eu nunca me inclinei por esta tendência. O meu propósito, ao pensar em termos de liberalismo político e antiliberalismo, é porque entendo que esta é a equação básica do Brasil. Não me importa, em primeiro lugar, discutir se a democracia está completa ou não está, se é boa ou ruim, se faltam ou não coisas. Eu digo que o Brasil, desde o primeiro dia de

País independente, optou por um caminho constitucional e liberal. Há uma verdadeira mania, principalmente nos livros de "cursinhos", a maldizer a Constituição de 1824, mas as pessoas não dão atenção a este pequeno detalhe: a Constituição de 24 [1824] estabeleceu um regime constitucional e, portanto, descartou qualquer tipo de absolutismo. A quem olha de hoje para o passado, de maneira anacrônica, parece pouco sair do absolutismo, ainda mais sendo português o príncipe. Mas o fato é que se optou por este caminho. E todas as vezes que se faz este tipo de crítica: "aquilo era inaplicável", "aquilo era o idealismo utópico", "aquilo era transplante de ideias", os críticos se esquecem de fazer o "dever de casa". Quer dizer, o dever de casa consistiria em dizer qual era a alternativa. Se não fosse aquela, o que deveríamos fazer? Consagrar uma espécie de caudilhismo latino-americano, propor aos portugueses a continuação do absolutismo... Enfim, não há muita clareza. O que se fez com absoluta sapiência, com muita sabedoria, foi adotar a monarquia constitucional no modelo mitigado do filósofo suíço Benjamin Constant que, evidentemente, teorizava a monarquia constitucional com um Poder Moderador, quer dizer, com um príncipe capaz de moderar os conflitos. Isso nos levou, da proclamação ao final do século, por águas muito menos revoltas que as dos países vizinhos. Quer dizer, não era um modelo equivocado de forma alguma. Se o barco acabou soçobrando, soçobrou porque mesmo os países mais bem organizados soçobram por razões econômicas, sociais. Mas o modelo não era equivocado de forma alguma. No final do século, na Constituição de 1891, a questão se apresentou exatamente da mesma forma, só tinha que retirar a monarquia e colocar o presidente da República, colocar a federação e retirar o centralismo, e o resto era idêntico. Uma constituição liberal, de um regime constitucional democrático, sabidamente precário, em processo de construção. Em nenhum lugar do mundo a democracia nasceu feita. A democracia é uma construção paulatina, lenta, difícil, como tudo em política. Quando aquela constituição foi proposta e se instaurou o regime republicano, democrático, com voto universal, houve uma crítica exacerbada de que era uma coisa inadequada, uma opção equivocada, de gente que não conhecia o Brasil.

Aí se estabeleceu um mar de mal-entendidos, sem que jamais os críticos se dessem a esse pequeno dever: se não fosse assim, como deveria ser? Uma ditadura militar, talvez? Continuar com a monarquia, tendo o provável sucessor, o conde d'Eu, uma ilegitimidade de origem, porque era um príncipe estrangeiro? Ou, então, adotar, legalizar o caudilhismo, na forma latino-americana? Enfim, o que se apresentava naquele momento como opção válida? Nada mais. Optou-se pelo modelo mais singelo, mais simples, que continha suficiente flexibilidade e válvulas de escape para permitir o jogo político que já se manifestava no país há pelo menos três décadas. O Brasil não era mais, politicamente, uma nação fechada e governada sem problemas a partir do palácio. Havia conflitos consideráveis, tanto regionais como sociais. O regime colocado em prática atendeu a isso. Nesses dois casos, estamos falando de um primeiro nível de análise, que nós podemos chamar “a construção do Estado”, a opção pelo tipo de organização estatal adequado nas fases iniciais de uma nação que se torna independente. Eu prefiro pensar em termos de liberalismo e antiliberalismo a partir dessas considerações iniciais. O modelo adotado, que ninguém conseguiu demonstrar que é inadequado ou que fosse um erro, foi a opção por um liberalismo político que, ao longo do tempo, ao longo de uma maturação certamente difícil, tornar-se-ia uma democracia representativa. Isso era considerado impossível: os críticos da época sentenciavam que não podíamos, em hipótese alguma, praticar esse regime, que não teríamos nunca um eleitorado autônomo e capaz de exercer a sua vontade, como se o eleitorado fosse uma essência permanente, com determinadas características (ele não cresce, não muda, tem um perfil). Falavam a partir desta matriz, desta percepção. O eleitorado brasileiro da época era minúsculo; para se ter uma ideia, em 1930, nós tivemos cinco por cento da população total apta a votar. Era absolutamente diminuto. E, evidentemente, num país ainda muito arraigado à produção rural, a formas de trabalho sub-remuneradas, enfim, uma população subempregada, é claro que o resultado não seria exatamente o que Rousseau consideraria adequado ou perfeito. E, de fato, não era, e é espantoso que alguém imaginasse que pudesse ser. Essa é uma pergunta interessan-

te: como alguém naquele período imaginou que o padrão de comparação entre a realidade nossa e o ideal fosse uma democracia em que todos os cidadãos fossem autônomos, racionais, bem-informados? Isso evidentemente não era o caso. Não era o caso no Brasil e nem em qualquer outro lugar do mundo. Esse é outro ponto que é preciso acrescentar. Nós podemos dizer que nos Estados Unidos e na Inglaterra esse processo estava muito mais avançado, tanto quantitativamente como qualitativamente – e quanto a isto não há dúvida – mas vamos rememorar algumas coisas. Na Inglaterra, o direito de voto da mulher não existia, ele foi instaurado em 1929, a partir de 25 anos de idade. No mundo escandinavo, quem tinha propriedade imobiliária tinha o voto ponderado, em alguns casos, em até cinco mil vezes o de um cidadão comum. E assim vai... em todos os países da Europa a realidade tinha nuances diferentes da do Brasil, mas não diferia em essência. Nós não estávamos, evidentemente, no mundo ideal de um filósofo do século XVIII. Mesmo em termos puramente quantitativos, o eleitorado da Itália não era maior que o do Brasil, era mais ou menos da mesma proporção, naquela época. Portanto, era muito comum naquela época escrever sobre instituições, sobre processos comparativos sem nenhuma preocupação, fosse de apontar alternativas ao que foi estabelecido, fosse de demonstrar com alguma evidência comparativa o que havia de tão aterrorizante em nosso caso, essa inviabilidade congênita de que falavam. Hoje nós temos setenta por cento da população apta a votar. Podemos discutir se ela vota bem, se ela vota mal, se o Tiririca é um bem, se é um mal; podemos discutir qualquer coisa, mas, do ponto de vista institucional, nós estamos em uma democracia que tem o mesmo percentual de eleitores de qualquer outro país democrático, inclusive os mais maduros. Essa é a realidade. Portanto, a discussão sobre a democracia – que acho que cabe e deve ser feita – não é por este caminho. Este caminho é o que alimentou o antiliberalismo. No Brasil, como no mundo inteiro, tudo o que estou dizendo serviu de argumento, ou então pelo menos de pretexto, para se combater o regime liberal, a democracia. Os proto-fascistas, a quem me referi, se especializaram nisso, em apontar defeitos insolúveis no regime e rapidamente ganharam a cena principal

e foram a principal influência até o fim da Segunda Guerra. Depois da Segunda Guerra, eles foram coadjuvados e subjugados pelos comunistas. A influência dominante nos pós-guerra passa a ser a esquerda nacionalista, aquela mescla de nacionalismo e marxismo que emerge a partir do segundo governo Getúlio. O quadro mudara completamente, os argumentos eram diferentes, mas a lógica não havia mudado em nada. A defesa das instituições políticas existentes, a defesa dos princípios liberais, a defesa da pluralidade, da liberdade, não era assunto para intelectuais “progressistas”; era um assunto para equivocados. Aí é que nós vemos que da confluência, digamos assim, das duas raízes, a protofascista e a marxista da primeira metade do século deu-se uma continuidade poderosíssima no período seguinte, o período de 1946. Corporificada, essa continuidade, num progressismo nacionalista, esquerdista, com objetivos bastante mal definidos, tanto em termos de economia quanto em termos políticos. Mas com muita força de propaganda. Aí deixa de ser uma discussão mais ou menos restrita a uma elite intelectual e passa a ser uma pregação levada às massas, levada aos sindicatos, com grande influência no sistema político como um todo. O que era, em essência, essa pregação? Vamos tomar como exemplo o ISEB, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde pessoas respeitabilíssimas e de grande qualidade intelectual, como Hélio Jaguaribe, participavam – é bem verdade que ele foi excluído, ou se autoexcluiu, quando os desacordos começaram a se intensificar. Mas o ISEB basicamente argumentava o mesmo: o Brasil não tem história própria, o Brasil não tem instituições próprias que ele mesmo tenha criado, ele nunca gestou instituições políticas que pudesse considerar suas, porque ele é um país mimético, ele apenas repete, feito um papagaio, o que ouve da Europa ou dos Estados Unidos. Nós nos limitamos a copiar instituições que, evidentemente, não funcionam aqui; este era o argumento nacionalista. Os marxistas diziam a mesma coisa, mais ou menos no mesmo tom: um músico poderia facilmente distinguir que era em unísono. A única diferença estava em que diziam que por trás dessa fantasmagoria chamada de regime liberal estava a oligarquia terratamente, sobretudo os proprietários de terra etc. que formavam a parte

retrograda do país. E essa foi a ideologia ou, vamos dizer melhor, a doutrina, a teoria com a qual nós atravessamos os anos 50 [1950] e o começo dos 60 [1960]. A subida, a ascensão dessas ideias, foi poderosa. No contexto da Guerra Fria, isto se identificou com a crítica ao intervencionismo norte-americano. Ao contrário, os que defendiam o liberalismo, além de serem, também, cheios de defeitos políticos – a UDN, por exemplo –, se identificavam do lado norte-americano, anti-URSS e anti-Cuba. Naquele clima, naquela polarização, nós tivemos a cristalização do mesmo que havéramos tido antes: há um lado liberal ruim, mal desenvolvido, com poucas personalidades e poucos autores de “alto coturno”, de “alto calibre”; e do lado antiliberal uma Santa Aliança entre os comunistas e os nacionalistas, que significava na prática desde Carlos Prestes até egressos do integralismo, como é notório. É fácil encontrar, digamos, um Miguel Reale, que tinha sido secretário de ideologia da Ação Integralista Brasileira. Este foi o quadro em que se desenvolveu, pelo menos até 1964, o processo ideológico e o processo político brasileiro. A discussão em torno da nação, em torno do Estado, em torno do desenvolvimento, em torno de uma reforma social, que alargasse os direitos. Tudo isso foi discutido nesta ótica: uma frente antiliberal e um grupo liberal, de um lado e de outro. Mas com novidades, evidentemente. A essa altura do mundo havia essa divisão, causada pela Guerra Fria, e havia uma situação já não redutível às fronteiras brasileiras, basicamente a mesma coisa acontecia em cada país da América Latina. A Argentina já passara pela experiência peronista, estava nos estertores dela. Todos estes países, quase sem exceção, na medida em que questionavam agudamente a situação existente sem oferecer qualquer tipo de solução viável tiveram crises e mais crises, antagonismos e mais antagonismos com setores militares (muitas vezes os setores militares se posicionando, rogando-se o protagonismo destas instituições autoritárias). Ao fim, não fomos a lugar nenhum. Mas, no “frigor dos ovos”, sempre que, depois de um certo tempo, se procurava “onde é que nós estamos, que país é esse?”, em cada país, um após ao outro, a resposta era “vamos voltar à democracia representativa”. As pessoas parecem que não se dão conta da importância des-

ta afirmação que surgia recorrentemente. O próprio Oliveira Viana que era, sem reboços, um profascista, no fim da obra, diz: “Pois bem, então voltemos a Rui”. Eu gosto de contar essa história porque nunca, na minha vida, conheci uma pessoa que tivesse lido Oliveira Viana até o fim. Eu sempre conheci pessoas que leram os dois ou três primeiros capítulos, adoraram, acharam com muita verve, uma capacidade sátira muito grande, mas não examinaram o argumento até o fim pelo crivo da lógica e da evidência histórica. A quantidade de tolice que há naquele livro é uma coisa impressionante; é realmente um espanto se você tentar ler aquilo. O desfecho da história é realmente esse: “realmente, a experiência ditatorial que nós apoiamos, que eu não me arrependo de ter apoiado, não deu certo. Então vamos começar tudo de novo com o Estado liberal, e o Rui é nesse ponto inexpugnável, é preciso reconhecer o peso dele”. Então, o que mais eu preciso dizer para os próprios adeptos daquele tipo de teorização? Para mim, o século XX pode muito proveitosamente ser lido como o antagonismo de um liberalismo político, uma democracia que, bem ou mal, se vai construindo pouco a pouco, com adversários do lado contrário, que eram basicamente o marxismo e o fascismo, com nuances, escalas diferentes. Claro que, dito isto, sempre aparecerá alguém dizendo “mas é absurdo colocar o fascismo e o marxismo no mesmo balaio. O fascismo era uma ideologia irracional, anti-humana, quer dizer, desumana, contrária à ideia de humanidade; o marxismo, ao contrário, é um produto tardio do Iluminismo que abriga princípios universalísticos, de uma humanidade igualitária etc.”. Mas disso eu não tenho a menor dúvida. É evidente que essa distinção existe, no papel. No que tange ao funcionamento político de cada país, não vejo diferença nenhuma. Não vejo nenhuma diferença entre o partido único leninista e o partido fascista da Itália. É a mesma coisa, ambos violentos, ambos totalitários, ambos se proclamando o ponto final da história, e por aí vai. O meu ângulo de visão, portanto, é esse: que nós podíamos arquivar esse modo de pensar as coisas e procurar outro, porque este “já deu o que tinha para dar”.



[Pergunta] *No seu livro Tribunos, profetas e sacerdotes – Intelectuais e ideologias no século XX, o senhor se refere à morte dos intelectuais, que estariam sendo suplantados pela linguagem audiovisual (e assemelhadas). Comente esse raciocínio, por favor.*

*Bolívar Lamounier* - Eu creio que é uma questão de suma importância. Muitos comentaristas apresentam a questão nesses termos: “isso é a morte do intelectual”, “a prevalência da imagem”, “a prevalência da frase curta, da frase de efeito”, portanto, é uma espécie de epitáfio do intelectual. A pá-de-cal que Noel Rosa cantou no “Silêncio de um minuto”. Tentei problematizar um pouco a questão no meu livro. É um argumento importante, não acho que seja um argumento frágil, mas creio que é possível encontrar outros ângulos. Porque o mundo a que nós nos referimos como o dos intelectuais também é povoado por variedades inumeráveis de farsantes e de subintelectuais que os meios audiovisuais, a Internet, o *facebook* desmascaram com certa facilidade. E não só isso. O *facebook* e instrumentos análogos trazem ao conhecimento dos que interagem pessoas de ótimo nível intelectual que de intelectual não tinham só uma coisa: que era falar em público. O intelectual é aquele que não só tem conhecimento, defende valores, mas que os apresenta em público, que os defende na arena pública. Essas pessoas não faziam isso. O *facebook* é um meio, um substituto, bastante interessante. Uma pessoa que ganhe popularidade no *facebook* ou em qualquer uma dessas redes, e que se expresse com seriedade a respeito de algum assunto e ganhe adeptos, eventualmente pode ser até mais eficaz do que um jornal impresso ou uma revista impressa. Portanto, o que nós vemos é, ao mesmo tempo, um aparente soterramento dos intelectuais, mas também uma aparente emergência de intelectuais, uma aparente sementeira de terra favorável ao surgimento de pessoas que podem perfeitamente atuar na vida pública do país e ganhar notoriedade a partir dali. E isso vale também para a televisão e para o rádio, que sempre contaram com uma má vontade de uma parte da intelectualidade, mas que foram também um meio que deu projeção e que revelou intelectuais de muita qualidade. Geralmente, quem

olha este problema do ponto de vista crítico, condenando os meios audiovisuais, invariavelmente cita Sartre. “Como seria um debate de Sartre com Raymond Aron no rádio, na televisão?” Bem, eu não sei, mas eu desconfio que seria o mesmo que vi escrito: o Aron “daria de dez”. Acho que seria a mesma coisa.

[Pergunta] *O nacionalismo (ou a “Questão Nacional”) no Brasil seria merecedor/a de uma atenção acadêmica especial? Ou seja, ele/a auxiliou a definir (politicamente) o Brasil de modo peculiar?*

Bolívar Lamounier - Vamos tentar destrinchar o assunto. Creio que a “Questão Nacional”, no sentido básico de identidade nacional, o sentimento de pertencer a um país, se identificar com ele, foi suscitado a partir dos anos 30 [1930] em íntima relação com o problema do negro. Era uma resposta a autores racistas e uma tentativa de dizer que o negro fazia parte do país como qualquer outro e que era racismo negar isso etc. É o que nós vemos em Gilberto Freyre, em Sérgio Buarque de Hollanda e outros autores. Eu acho que essa parte não é muito problemática. É difícil discordar do que foi dito. Isso foi manipulado, evidentemente, pelo governo Getúlio em sentido ideológico: construir “um mundo de fantasia”, uma “sociedade cordial”, em que a fusão dos segmentos diversos já teria se dado. E teria se dado de uma maneira que, fundamentalmente, aceitava uma ditadura. Foi assim que se tentou “capitalizar” essa discussão no sentido getulista. Cassiano Ricardo, por exemplo, o poeta, era o porta-bandeira dessa teoria e ele, coincidentemente, era o editor do jornal *A Folha da Manhã*, que era o jornal oficial do Estado Novo e publicava rios de material sobre isto. Mas não há necessidade de estreitar a discussão assim. De um lado e de outro, do ponto de vista ideológico, havia muitas pessoas que pensavam assim: no Brasil, a tendência do convívio das raças não é um racismo exacerbado, como nos Estados Unidos; é uma coisa de amálgama e que tende a ser relativamente consensual em termos do tipo de Estado a ser adotado. Claro que não é isento de ideologia, mas é um assunto relativamente claro. Do ponto de vista dos intelectuais mais inseridos na vida polí-

tica, creio que é necessário distinguir, pelo menos, duas fases. A primeira, que é anterior a 30 [1930] e entra um pouco pelo governo Getúlio, é do “Estado Nacional”. Quer dizer, uma verdadeira nação só pode existir se tiver um Estado poderoso, capaz de controlar tudo que acontece no território e que não admite, na verdade, ser sequer medianamente contestado por alguma particularidade dentro do sistema. Essa era a formulação lógica. Aqui é fácil ver que se está argumentando na política interna do Brasil com os termos da Alemanha e da Itália. Na Alemanha, por exemplo, em 1907, o Friedrich Meinecke (1862-1954) publicou um livro exatamente nesses termos, *O Cosmopolitismo e o Estado Nacional*, em que ele fazia uma história das ideias mostrando que tendências cosmopolitas, de muita influência a partir da França ou de outros países, diluíam o sentimento nacional na Alemanha, discussão esta que atravessou quase todo século XIX na Alemanha. É praticamente literal um capítulo em que Alberto Torres diz a mesma coisa. Alberto Torres chegava a dizer que há um risco para a nação até mesmo nos portos, porque nos portos entram influências externas, e o capítulo, ou subcapítulo, se lembro bem, chamava assim: “O Pireu infectou Atenas”. Quer dizer, as ideias externas infectavam o país. Era então uma discussão tributária daquela que já mencionamos a respeito da Constituição de 1891 e uma parte da pregação de que o Brasil jamais poderia ter uma estrutura política liberal. Esse o primeiro momento, a constituição do Estado Nacional. Depois da Segunda Guerra é uma coisa diferente. Aí já se dá o Estado, uma burocracia como existente. O problema é usar o nacionalismo como a ideologia do desenvolvimento, quer dizer, o nacionalismo como uma forma de amalgamar interesses diversos numa aceleração do crescimento econômico e especificamente da industrialização. Isto implicava, por um lado, criar ou reforçar o consenso em torno da política de acumulação de capital: os setores mais relevantes aceitarem em maior medida a política do Estado (tributando ou, de uma forma ou outra, criando recursos investíveis para a reprodução do crescimento). E, por outro lado, a tendência a apontar, classificadamente, desde o mais alto na sociedade até o mais baixo, “setores arcaicos”, “setores modernos”; setores modernos eram

aqueles que compreendiam a necessidade desse Estado desenvolvimentista e, portanto, assumiam o nacionalismo, setores arcaicos eram os que não compreendiam e que se mancomunavam com interesses estrangeiros. Todo o ISEB disse isso e eu, infelizmente, não posso isentar disso nem Celso Furtado. Celso Furtado tinha uma visão totalmente negativa a respeito da agricultura no Brasil. Ele falava da agricultura em bloco como um mal que era tão atrasado, tão arcaico, que era um entrave ao desenvolvimento. Era incapaz de prover os bens que as cidades e as áreas industriais precisavam a baixo preço para a industrialização se sustentar. Se fossem bens mal supridos, ou supridos em quantidade insuficiente, o preço da reprodução física das pessoas seria proibitivo, e conseqüentemente a industrialização não seria viável. Isso está em praticamente cada frase de Celso Furtado. E é um viés tão profundo que o leva a cometer erros palmares de interpretação histórica. Por exemplo, Celso era convencido que, na era da mineração em Minas, quando o ouro acabou – ele escreve textualmente: “Aí, toda aquela população que viveira um apogeu de riqueza voltou praticamente ao nível vegetativo, ao nível de uma agricultura de baixíssimo consumo”. É patentemente falso. Primeiro, era uma população considerável; nós estamos falando de uma população de quatro a cinco milhões de pessoas. Se isso tivesse acontecido seria uma catástrofe. Se me lembro bem, era a segunda maior população urbana das Américas; segunda só depois da área de Boston. Olhando a história a partir dali de uma forma minuciosa – Caio Prado faz isso muito bem – ele teria visto que dali surgiram os princípios da pecuária, que passou a ser sustentada com muita qualidade, inclusive com avanços tecnológicos na parte sul do estado. Ao contrário, Celso Furtado nem menciona isso. Ou seja, Celso era de tal maneira profeta da industrialização que ele não via coisas que contradiziam o argumento dele. Ele era “vendido” à ideia de que o que não era industrializante era arcaico. A única consequência a que esse argumento podia levar, do ponto de vista político, era, então, de que para o Brasil progredir, era necessária uma revolução de grande escala, uma reforma agrária radicalíssima, violentíssima. Ele, como era um sujeito muito racional, aparentemente muito

comedido, que se julgava embasado na melhor teoria econômica, ele nunca percebeu que, qualquer que fosse o tom de voz que ele adotasse, o conteúdo do que ele dizia era radicalíssimo. Muito mais do que o Partido Comunista se atreveria a dizer. Então, quando ele foi nomeado ministro de Jango (João Goulart) para o Planejamento, e especialmente para a questão agrária, ele ficou surpreso com o grau de resistência que ele encontrou. Mas essa é a verdade. Política é uma atividade que tem de ser inteligível para todos os lados que participam dela. Nenhum desses lados é antropólogo. Se você depende do antropólogo para decifrar o que o outro está dizendo, deixa de ser política. O caso do Oliveira Viana – e eu vou falar um pouco mais “mal” do Oliveira Viana, que esse é um dos prazeres que cultivo na minha vida – é mais cômico. Ele também dividia o mundo assim: há a parte esclarecida, que é burocracia federal, a burocracia do executivo, e há a parte que vive nas trevas, que é todo interior do Brasil, os fazendeiros e tudo mais. Ele então chega a descrever um Brasil de uma agricultura inviável, carcomida, dominada por facções de bandidos que se guerream o tempo todo – esse é o bordão de *Instituições políticas brasileiras*, livro em que ele condensa tudo o que escreveu, desde o primeiro texto, de 1916 até 1950, pois o livro foi acabado às vésperas da morte dele, no começo de 1951. Ali ele condensou toda essa ideia de que a agricultura brasileira era uma catástrofe primitiva, onde nada se podia aproveitar, capitaneada por lordes da guerra, com seus currais eleitorais, que eram verdadeiros exércitos. Ele, então, cria esse filme perfeitamente hollywoodizável num grau muito radical. Vejam que coisa curiosa. Entre 1916 e 1950, época em que ele foi altíssimo assessor do governo, do Ministério do Trabalho em particular – e, segundo se diz, muito ouvido por Getúlio –, nesse mesmo período em que ele maldizia a agricultura, dava-se no Brasil a revolução na pecuária. Foi exatamente o período em que os fazendeiros de Ribeirão Preto, Uberlândia, Uberaba, foram à Índia e ao atual Paquistão, trouxeram as matrizes que foram a base deste rebanho que está aí hoje, que é um dos melhores do mundo. Entre uma picanha comida de um gado anterior a esta revolução e uma de hoje, há uma diferença considerável. O gado brasileiro ante-

rior era o gado mirrado dos Açores, que os portugueses tinham implantado aqui, e que era abatido com 120kg; hoje se abate com 600kg. A diferença de qualidade é absurda, a diferença de tecnologia é absurda. Tudo isso aconteceu *precisamente* no período que ele viveu e escreveu. E ele, *last but not least*, tudo isso feito por capitais privados, ideia que ele abominaria. Talvez não seja por acaso que Getúlio, numa feira de gado em Uberaba, ao ver um touro de altíssima qualidade, que era a estrela da feira, respondeu, quando perguntado “Presidente, quanto vale um touro como esse?”, e ele falou a célebre frase: “Vale o que pesa”. Quer dizer, vale uma mínima fração do que avalia [...]. Isso provocou uma queda violentíssima na atividade agrícola e pecuária do Brasil, levou muitos fazendeiros à ruína da noite para o dia, mas era a mentalidade de quem via o Brasil desse jeito. Imagine se hoje alguém baseado na ideia do valor-trabalho, o que vale uma pessoa, tendo em vista sua capacidade de trabalho, alguém que assistisse a um desfile da Gisele Bündchen e perguntasse assim: “Quando vale a Gisele Bündchen?” Poderia dizer “bom, ela parece ter capacidade de varrer chão, de cozinhar, sei lá; cultura científica ela não tem, nem tecnológica, mas ela deve ser capaz de manter uma casa em boas condições. Então, vamos dizer que ela é uma operária no escalão superior da baixa classe média”, ou alguma coisa assim. É a mesma ideia. Escapava completamente a essas pessoas naquela época a ideia do modelo, do símbolo, de que a atividade econômica não se resume ao que acontece dentro da fábrica. Há a propaganda, há a criação dos mercados, há a perpetuação da marca. Tudo isso faz parte de uma empresa e não era percebido assim. Então, sou levado a crer que o que se sabia do Brasil daquela época, nessas escalas federais, era espantosamente raso. Até tiraria um pouco Getúlio disto porque ele era esperto. O Getúlio podia não ser um grande leitor de livros, mas era um homem arguto. Como vocês veem pelo meu exemplo da revolução pecuária, que passou sob a janela do Oliveira Viana e ele não notou, é difícil levar a sério um autor assim, não?

[Pergunta] *Perfeito, professor. Na sua longa e erudita exposição, suspeito que a consideração do nacionalismo como prius do desenvolvimento é o ponto nodal.*

*Bolívar Lamounier - É, é o ponto chave.*

[Pergunta] *Portanto há um forte componente ideológico no componente nacional.*

*Bolívar Lamounier - Exatamente. Basta você ver, agora, num sentido bem mais defensável, a obra do Hélio Jaguaribe, que teve equívocos gigantescos, mas é uma obra respeitável. Merece ser lida.*

[Pergunta] *O capítulo 7 de seu livro mais recente (Tribunos,...) trata da relação entre liberalismo e autoritarismo no Brasil. As ditaduras latino-americanas de meados do século XX foram influenciadas pelo contexto da Guerra Fria com papel significativo dos EUA (a grande referência do liberalismo na América). Até que ponto a vinculação das ditaduras latino-americanas com os EUA serviu para produzir, no campo intelectual brasileiro, uma associação confusa e contraditória entre, de um lado, esquerda/marxismo/democracia e, de outro lado, direita/liberalismo/autoritarismo?*

*Bolívar Lamounier - No início, nos primeiros anos, eu acho que isso aconteceu, sem nenhuma dúvida. Houve uma tendência a demonizar um lado, que não era marxista, e a deificar os que estavam contra o regime, qualquer que fosse a opinião deles. Eu me lembro, a revista *Civilização Brasileira*, era como a estufa dessa mistura de ideias à esquerda. As pessoas diziam as coisas mais disparatas ali, mas desde que fosse contra, havia uma irmandade. E eram dois campos. Tendo vivido aquele período um pouco mais ativamente, o que eu me recordo é o seguinte. Quando sobreveio o golpe, houve aquele período de perplexidade, falta de rumos. Muitos de nós começamos a procurar a pós-graduação nos Estados Unidos, saindo do formato tradicional, que era a França, filosofia, que vinha de longe, aliás. Isso*

se tornou possível, em grande parte, porque a Fundação Ford, que estava no Brasil já há muito tempo estimulando áreas mais técnicas (a Economia ou coisas mais técnicas), passou a apostar na Ciência Política como forma moderna de conhecimento e que era muito necessária no Brasil. Antes daquilo, é difícil encontrar no Brasil mais que uns 10, ao longo da nossa história, que mereçam ser chamados de cientista político. Mesmo deixando de lado a terminologia, que muda de uma década para outra, mesmo em estado bruto, poucos pensavam com rigor a respeito da política. Podia-se mencionar parcialmente, com dúvidas, Guerreiro Ramos, Jaguaribe, ambos tendo um componente normativo muito forte, muito presente, o que, até certo grau, os desqualifica como cientista político. Para o meu gosto, cientista político antes dos anos 50 [1950], antes da chegada de 64 [1964], era Victor Nunes Leal. Para mim é o grande livro de ciência política da fase do início. Li o livro na faculdade, naquele contexto de correria e de superficialidade. Quando fui para os Estados Unidos, e sentei e li cuidadosamente o livro, fiquei pasmo.

[Pergunta] *O coronelismo, enxada e voto?*

*Bolívar Lamounier - É.* Voltando ao ponto onde eu estava. Em 64 [1964], com a confluência de condições de financiamento de bolsas e a mudança interna de situação política, que levou muita gente a querer sair, estudar mais, fazer pós-graduação, porque não havia outra perspectiva no momento, muitos de nós fomos para os Estados Unidos e, quando voltamos, quando começamos a voltar – devo ter sido o primeiro a voltar, porque fui o primeiro a ir – houve um certo esboço de uma crítica ideológica: “Ah, os imperialistas, que foram estudar nos Estados Unidos, os que foram tentar reduzir a ciência social a números” e coisas do gênero. Uma vez um sujeito me chamou de “quantofrênico”. Mas isso não decolou. Essa tentativa de criar uma clivagem entre os mais à esquerda e os mais à direita, supostamente, não decolou por uma razão muito simples: é que logo que veio o AI-5 - prisões e tortura - então estava todo mundo do mesmo lado. Você não podia querer criar uma clivagem onde ela patentemente não existia. O



que ocorreu então, que é fascinante – eu acho que realmente precisa ser estudado, merece muitas monografias e teses – é que, do ponto de vista mais “científico”, nos cursos de pós-graduação e nas teses, foram aparecendo trabalhos que eram mais bem feitos do ponto de vista da pesquisa e do raciocínio, mas que em nada ofendiam as discussões anteriores. Quer dizer, tanto havia pessoas que tentavam, com o melhor embasamento científico, defender uma ideia, digamos, semelhante ao do Oliveira Viana como havia o contrário. Não houve uma ruptura, e sim um aprofundamento, devido à posse de métodos mais seguros de pesquisa, melhor documentação. Posso contar, como testemunha ocular, que quando vim – vim primeiro para o Rio, depois para São Paulo – nos meus primeiros anos em São Paulo me espantava o número de alunos, e mesmo de professores, que não se sentia seguro examinando uma tabela estatística de duas entradas – isso que os jornais publicam na época eleitoral *ad nauseam*, naquela época era raro, e poucas pessoas sabiam manejar aquelas coisas. Entre 64 [1964] e, vamos dizer, segunda metade dos anos 70 [1970], deu-se uma considerável revolução na qualidade da ciência social praticada em todas as vertentes, na história, na pesquisa de opinião, no estudo dos partidos... No estudo dos partidos eu também me lembro bem. Quando a Maria do Carmo Campello de Souza fez o livro de tese dela...

[Pergunta] *Estado e partidos políticos no Brasil?*

*Bolívar Lamounier* - É. Enquanto era só uma tese, houve gente que torcia o nariz. “Um modo meio de direita de abordar os partidos”. Havia esse caldo de cultura. Eu devo ter sido a primeira pessoa a usar como conceito – neutro, sociológico – a palavra “cidadania”, num livro que editei junto com Weffort e Maria Victoria, referente a um seminário, e acabou se chamando *Direito, Cidadania e Participação*, publicado pela editora Vértice, se não me engano. Foi publicado em 71/72 [1971/1972]. Antes disso, não me lembro de um livro *de sociólogo* que usasse essa palavra, assim substantivada, no sentido de Thomas Marshall etc. Pelo contrário, lembro que, antes disso, o conceito era chamado “de direita e burguês”, “moralista”.

[Pergunta] *Perfeito, professor. Se não estou enganado, o surgimento deste conceito, de notada importância política, social, democrática, parece que surge num caldo. Em um certo momento em que temos a luta armada ao final da década de 1960, o Estado intervém gravemente diante daquilo, o choque dos dois juízos antagônicos; e me parece, estou provocando o senhor por isso, que a linguagem dos direitos humanos emerge também aí como resposta ao Estado de terror.*

*Bolívar Lamounier - Exatamente. Também aí, naquele período do Garrastazu Médiçi e que depois, já no Geisel, vem os dois homicídios, do Herzog e do Fiel Filho...*

*Fiel Filho. 1975/1976, exatamente. Então não estou enganado, porque tem um contexto aí de definição dos termos. Perfeito.*

[Pergunta] *Em todo o lugar em que a democracia vigora parece haver uma crise das instituições representativas – em especial, dos partidos políticos. A participação seria um sucedâneo à representação?*

*Bolívar Lamounier - Não, eu não creio isso. Eu creio que vamos ter um período em que essa ilusão vai ter muita força. Em que nós vamos conviver com um período de debilitação dos Legislativos, dos Partidos e de outras instituições ou mecanismos clássicos da democracia representativa, e com uma forte fantasia de que estamos passando para a democracia direta. Esse fenômeno, essa ilusão de que isto está acontecendo também vem desde o início do século. Na literatura pré-fascistas há montes disso. “Acabou o regime liberal, agora são as massas na rua” etc. E numerosos livros da época tinham isso no título. O próprio Ortega, que não era nenhum fascista, era um liberal, em “*A rebelião das massas*” estava também assimilando este medo, mas contestando este medo nessa obra que é de 1923. E depois, o Ulysses Guimarães dizia que o MDB morria toda semana, porque sempre alguém dizia que morreu. Eu também digo que a democracia representativa morreu várias vezes. A meu ver o que acontece é o contrário. Quando, no início do século, os críticos da*

democracia diziam que ela estava morta, eles estavam falando de uma democracia censitária, como eu já disse, em que uma minúscula parcela da população votava, em que a verificação da qualidade do voto, dos controles, era absolutamente inexistente. Quer dizer, a fraude era uma realidade cotidiana. Até na Suíça há exemplos disso. Há textos do Marx falando sobre a Suíça e mostrando isso. Os Legislativos, por mais que hoje, em alguns países, sejam fracos e subservientes, não se comparam com os daquela época que eram simplesmente obedientes ao governo. No livro *Partidos Políticos*, que é de 1951, Maurice Duverger conta como na história dos parlamentos os deputados literalmente passavam por um guichê para receber um dinheiro se tivessem votado do jeito que o governo queria. O que eu vejo é bem oposto. Essa forma de organizar a política se entranhou, se consolidou. Ela passa por crises. Atualmente, tudo indica que sim, ela sofre os efeitos de uma crise econômica, sofre os efeitos de vários fatores da sociedade. Volta e meia, se fala na crise da democracia representativa. Um fator importante – que eu não estou condenando, de forma alguma, mas quero pôr em relevo – nessa chamada crise das instituições representativas, do Legislativo, é a imprensa ter melhorado. Como funciona isso? A imprensa passou a ser aguerrida, passou a noticiar, a criticar, mas o Legislativo é o único órgão aberto do Estado. O que acontece lá dentro é conhecido em tempo real cá fora. Ele ocupa numa negativa uma quantidade desproporcional de tempo em relação ao Judiciário e ao Executivo. Se a quantidade de tolices que se diz num Legislativo fosse filmada e comentada imediatamente do Executivo e do Judiciário nós teríamos uma quantidade impressionante de bobagem circulando. Acho, portanto, que isso não é a realidade. Eu não posso negar que há, no Brasil, uma dificuldade a respeito dos partidos políticos, que nós não conseguimos realmente chegar a um bom equacionamento. Há uma dificuldade a respeito do próprio processo eleitoral, que eu considero conspurcado de uns anos para cá, com o surgimento dos marqueteiros e tudo isto. Então eu admito perfeitamente que algo precisa ser feito. Esse algo não me parece ser uma reforma política vagamente definida em que a cada seis meses alguém aparece com uma ideia incompreensível para a

sociedade e diz que agora está tudo resolvido. Nós acabamos de ver, votou-se a proibição de coligações em eleições legislativas. “Agora não vai mais haver Tiririca”, foi o comentário dos jornalistas. Eu acho que esse modo de encarar o problema, fatiado, tudo em pequenas quantidades, homeopaticamente, uma coisa desligada da outra, sem que você tenha uma percepção do conjunto, isso para mim é inviável. Como também não acredito, passando ao extremo oposto, que possa haver uma reforma institucional compreensível para cem por cento do eleitorado. Nem aqui, nem na Suécia, nem na Alemanha e em país nenhum. A pirâmide político-eleitoral é uma estratificação; é uma estratificação não só socioeconômica, por renda, mas também de cognição. A pessoa que está no ápice tem uma maior capacidade de absorver conhecimentos do que as que estão na base; isto é absolutamente universal, não há país onde isso não ocorra. Não só de cognição, mas de interesses também. A pessoas que está no alto da pirâmide político-eleitoral, por definição, acompanha diariamente, se interessa e busca informações. Não é o caso do mero eleitor, que vota uma vez por ano e conversa duas. Não é a mesma coisa. Então a ideia de que legítima só é uma reforma que possa ser compreendida e internalizada e amada por cada cidadão é uma fantasia filosófica do século XVIII. Nada tem a ver com a realidade.

[Pergunta] *A qualificação dos instrumentos de accountability (entre outros fatores) seria o mais adequado ao fortalecimento democrático?*

*Bolívar Lamounier* - É indispensável, eu creio que é indispensável. Eu não acho que uma lei de financiamento, por exemplo, precisa ser tão drástica como dizem. Acho que instrumentos de transparência, de controle contábil em tempo real é uma coisa banal de se estabelecer. Você nunca vai controlar cem por cento do fenômeno. Não há nada parecido no mundo social. Mas não me parece necessário você ir ao extremo de proibir contribuições individuais. Proibir contribuições individuais ou empresariais, no Brasil, é uma proposta profundamente enviesada a favor do PT. Se proibirem os sindicatos também de fazerem campanha, com megafone, aí quem sabe nós

podemos começar a conversar. Mas se proíbe um lado e deixa o outro lado, aí não dá certo. Eu creio que é perfeitamente factível nós encontrarmos uma forma intermediária, se houver o interesse de encontrar uma forma intermediária. Eu não parto dessa pressuposição.

[Pergunta] *Estariamos enganados de que uma das questões a serem enfrentadas aqui seria uma definição legal de lobby ou lobista?*

*Bolívar Lamounier* - Eu penso que seria útil definir legalmente. Não me parece que seja uma questão transcendente, mas ajudaria. Quem vai ao Congresso conversar com parlamentar, entrar no plenário, devia haver uma agenda, devia constar da agenda do parlamentar visitado, de quem é que foi visitar, quantas vezes foi, a que hora foi, para que houvesse um pouco de controle. E o lobista então poderia perder essa conotação negativa. Não houve aí uma pessoa de empresa que foi mil e oitocentas vezes à Petrobras? Então, se alguém fosse mil e oitocentas vezes ao gabinete de um senador, nós iríamos perguntar o que ele foi fazer lá, esse senador deve ter um charme extraordinário.

[Pergunta] *O Brasil enfrenta hoje (2015) uma crise política. Haveria, também, uma crise das instituições? Ou, ao revés, é exatamente porque há higidez institucional que há crise política?*

*Bolívar Lamounier* - Creio que a crise política, o risco da crise política é notório. Ela ainda não tem uma repercussão institucional, mas que há uma crise política, é claro que há, pela ação combinada da crise econômica, da corrupção numa escala nunca vista e da ilegitimidade – e aqui no sentido de *accountability* e não moralismo, mas uma questão de não-correspondência às normas do jogo por parte da candidatura da Dilma. Por mais frouxo que o eleitor brasileiro seja no acompanhamento das coisas, você dizer até a véspera da eleição que não faz “x” e no dia seguinte que vai fazer exatamente “x” é um pouco demais. E isso numa questão crucial, crítica do País, uma questão que atinge o modo de vida, o bolso, as oportunidades de

todo mundo, eu acho que é um pouco exagerado. A combinação dessas três coisas realmente leva à crise. Não me parece ser ainda uma crise institucional, porque ainda não se chegou a uma situação cuja resolução necessariamente exija o rompimento de uma regra constitucional. Crise institucional é isso: se é necessária uma ruptura, para evitar um mal maior, por qualquer razão que seja, aí sim é uma crise institucional. Aqui não chegamos lá ainda, mas não chegar lá ainda significa aceitar mais três anos de um governo de uma mediocridade amazônica, incapaz de agir, incapaz de proposições novas... Esse é o melhor cenário que se apresenta, para nós, a partir de agora.

[Pergunta] *Embora muito recentes, as manifestações de maio/junho de 2013 no Brasil desafiam a academia. O senhor possui um juízo formado acerca daquele fenômeno?*

*Bolívar Lamounier* - Eu não diria que possuo um juízo formado, muito menos um juízo particular, original meu. Tenho uma impressão, talvez, que me parece ser o seguinte. Nós já devíamos saber que a participação popular, primeiro, é suscetível de variações muito fortes. Ou seja, você pode ficar um tempo considerável numa aparente apatia e de repente isso surge com intensidade. Isso é notório, o Brasil não é exceção. Em segundo lugar, essa participação, no Brasil, não poderia ocorrer pela fragilidade dos partidos, mas, também, como uma estratégia. Se esses movimentos admitissem a participação de partidos na rua, com as suas bandeiras, eles não seriam viáveis. Eles degenerariam em conflito. Então, houve aí uma forma muito sábia de conduzir o processo. Em terceiro lugar, põe em xeque, para quem ainda tinha alguma dúvida, de que entender os movimentos de massa no Brasil requer o descarte de ideias de manifestações de classe. Isso é muito mais de uma sociedade de massas do que de classes. As pessoas não foram ali pra defender bandeiras ou plataformas típicas de reivindicações classistas ou se identificando como classe. Não, elas foram para a rua para fazer um imenso número e para dizer “nós estamos aqui como a massa dos cidadãos”. A massa não tem sentido pejorativo nesta construção. A massa dos

indivíduos, singulares, particulares que convergem na rejeição ao estado de coisas. Esse tipo de movimento, eu penso, é o que vai ser dominante no Brasil a partir de agora. E se o governo da Dilma continuar patinando nas questões, nas dificuldades que nós temos visto, vai ser mais rápido do que nós pensamos, vai haver muitas mais manifestações facilitadas por várias razões. A primeira é a de ter ocorrido a primeira; tudo que ocorre uma vez facilita ocorrer-se da segunda. A segunda, pelos meios de comunicação. Não é necessário o jornal “da classe operária” ou do partido qualquer convocando. As pessoas se autoconvocam; elas dizem ainda vão se reunir e as coisas acontecem. A revolução das comunicações que nós já tínhamos visto na Primavera Árabe está aqui também, está no mundo inteiro, e que de fato coloca uma questão, uma pergunta importante, que precisa ser respondida paulatinamente: como é que fica a relação dos partidos com esses movimentos de massa? Para mim, as manifestações de massa têm o impacto de denunciar, de debilitar, de cobrar do governo, mas não produz nada de positivo. Quem produz o lado positivo são os partidos políticos. E produz, principalmente, por terem a capacidade de formular uma política de desenvolvimento, de enfrentamento com as questões mais complexas de como é que o país vai retomar o crescimento, vai sustentar o crescimento, quais são as prioridades. Isso é mais do que urgente; e é preciso que os partidos não só trabalhem nisso, como encontrem a maneira de se relacionar com os movimentos, ambos admitindo essa divisão do trabalho; partido não serve para botar um milhão de pessoas na Avenida Paulista, e um milhão de pessoas na Avenida Paulista não servem para equacionar as grandes questões macroeconômicas e macrosociais do País.

[Pergunta] *Aproveitando a questão das manifestações, agora em 2015 (março/abril) houve uma retomada das ocupações das ruas, mas parece que com mais foco – direcionado ao governo Dilma, corrupção, PT etc... É possível compararmos os 2 processos - ou seja, 2013 e 2015?*

*Bolívar Lamounier* - Há uma diferença grande aí. Em 2013, o PT, e outros partidos, mas principalmente o PT – que tentou se assenhorar da manifestação – foi expulso. Para ser mais gentil foi escorraçado, teve as bandeiras queimadas etc. Desta vez, o PT foi colocado no cardápio, um dos alvos da manifestação. Portanto, há uma diferença fundamental, houve uma subida de nível no tocante à focalização do PT. Esse movimento, essa parte da manifestação, me parece ter um instinto certo. Porque eu sou notoriamente antipetista eu posso falar o que eu quiser, até pela idade. O PT é uma unha encravada na história brasileira, ele não é um partido como qualquer outro, que, derrotado nas urnas, ele fica quieto e eventualmente até desaparece. O PT não; o PT é um partido ideológico num sentido muito perverso da palavra ideologia, é uma coisa um pouco milenarista, um pouco de cristianismo primitivo. É claro que ele perdeu oitenta por cento dessa aura, dada a sua vida pregressa, mas ele conserva um pouco da origem, de ser um partido diferente. Diferente nestes dois sentidos: ele não visa apenas aos objetivos da democracia normal, que são alternância no poder, quem ganhou governa, quem não ganhou... Não. Ele se considera portador do futuro. Isso o torna automaticamente incompatível com a alternância no poder. Quer dizer, no plano da ideologia ele aceita de má vontade ou insinceramente a ideia do poder passar de mão para mão, em virtude do resultado da eleição; isso sem dúvida alguma. Em segundo lugar, ele é um partido com essa característica de se julgar capaz de mobilizar as boas intenções, as boas qualidades das pessoas. Esse sentimento, num país como o nosso, com tantas desigualdades, é endêmico na juventude, em certas camadas sociais, mesmo altas. Um certo sentimento de culpa pelas desigualdades, pela história do país, pela escravidão. O PT conseguiu capitalizar isso e isto não desaparece da noite para o dia. Agora, enquanto ele for esse tipo de partido, eu acho que ele vai ser um problema para uma democracia operativa, porque é ter um pé dentro e outro pé fora. E quem tem um pé fora, é como se fosse o contrário, o pé dentro vale muito menos que o pé fora, se você tem um pé fora. Isso me parece muito complicado. A sociedade – aqui num sentido muito lato: as instituições, a



intelectualidade – eu creio que não percebeu ainda a profundidade do problema. Vejo muita gente falando que o PT veio para o centro, passou a fazer o jogo democrático; num sentido fenomênico, empírico, isso é verdade, mas há um problema de fundo, que é o modo de pensar escatológico, no modo de pensar que “eu conheço o caminho do paraíso; se você confiar em mim e me apoiar eu te levo até lá”. O PT é esse tipo de partido. Este é o tom do que ele diz oficialmente. Pela imprensa, no debate do dia-a-dia, o Lula faz uma piada, outro diz outra coisa... Eu, por exemplo, quero obter as cento e cinquenta páginas do congresso lá de Salvador, porque eu desconfio que basicamente esse vai ser o tom: “nós temos que recuperar a identidade do partido”. Qual é a identidade do partido? É esta. Nesta identidade você se põe acima dos seus parceiros da democracia porque você sabe uma coisa que ninguém sabe. Quem é que sabe o caminho do paraíso? Bem, eu não sei, o PSDB não sabe, o PP não sabe; é só o PT que sabe. Segundo, ele tem esta fígada ideológica que, por baixo, continua a arrebanhar uns quinze a vinte por cento de uma camada jovem, o que é muita coisa. Terceiro, ele não vacila em usar programas sociais, concebidos de um jeito distorcido para ser outra coisa, para manter um capital eleitoral acima do ponto de partida. É como se cada carrinho na fórmula 1 tivesse uma condição inicial diferenciada, um fica um pouquinho mais alto, outro mais baixo, depende do gosto dos pilotos... O PT parte eleitoralmente de uns vinte a vinte e cinco por cento da votação e praticamente torna cativa a região Nordeste e Norte. É lógico que a democracia brasileira está sob uma ameaça, inclusive eleitoral. Porque há uma viscosidade no processo eleitoral; a viscosidade no processo eleitoral é o oposto da democracia. O processo eleitoral, para ser democrático, consiste em levar até o limite possível a individualização dos eleitores: cada um ser um só. É óbvio que isso não acontece até o limite, mas é preciso buscar isto para se criar a legitimidade do processo eleitoral. O que se fez através do Bolsa-família é o oposto; ele praticamente retirou a individualização e no lugar dela colocou uma viscosidade. A coisa não desgruda; aquele eleitorado preso ao PT, e se precisar eles fazem um pouco de terrorismo, como foi feito, dizem que você vai

ser excluído do programa da casa popular, vai ser excluído do Bolsa-família. É um visco que pode ser recriado com certa facilidade a cada eleição. Então nós temos uma coisa muito séria. Eu penso que, quando a gente fala de reforma política, e fica falando dessas pequenas medidas sobre o sistema eleitoral, nós deixamos passar ao largo as questões realmente fundamentais, que eu acho que são a natureza do PT como partido e o - não quero dizer esvaziamento - mas a perda de altitude da classe política do que eu chamaria o centro liberal. Não é o centro doutrinariamente liberal. O centro que vê a política em primeiro lugar. O Max Weber dizia: “aqueles que valorizam a política como valor em si mesmo”; Ulysses Guimarães, Mário Covas, gente assim... Nós não temos mais um centro. O centro esvaziou-se, ou porque eles morreram (a maioria morreu) ou porque a entrada do PT para o centro tornou inviável a reprodução daquele centro num período curto. Então, quando eu penso no Brasil voltar a funcionar politicamente de uma maneira razoável, penso, por um lado, em dar um jeito de desmanchar essa amálgama perversa que é o PT, e de outro, se reconstituir uma elite política que pense a política como uma finalidade, como uma missão, como uma vocação, e não como o que nós temos visto. Quer dizer, como um balcão. Sem isso eu não acredito em reforma nenhuma. Você pode botar o regime que você quiser, o sistema eleitoral que você quiser que não vai adiantar nada.

[Pergunta] *Vem se comentando há bastante tempo esse viés gramsciano do PT. A minha questão é: na sua percepção, há uma aplicação perversa ou uma aplicação literal ou uma aplicação confusa da perspectiva gramsciana a partir do PT, da atuação do PT, ou não entra nessas questões?*

*Bolívar Lamounier* - Não, não há nada de confuso. Está sendo aplicada como Gramsci queria que fosse aplicada: “A mãe de todas as guerras é a cultura”, entende? Você não precisa andar com um *colt 45* se você pode influenciar a cabeça dos estudantes – e com isso eles foram até o curso secundário. Está havendo uma reação muito forte, pelo menos em São Paulo. Os próprios alunos e as famílias estão reagindo

a isto, mas é inegável que granjearam um apoio enorme, levando para as salas de aula (nem falo das universidades) em alto grau uma interpretação particular, uma visão particular do que é a política, do que é a história do Brasil, do que é o Bem, do que é a Justiça. Tudo isso foi colocando dentro de um diapasão, de um pacote diríamos, que é a cabeça petista, para a difusão. Essas ideias foram elaboradas depois do nascimento do PT, ninguém falava dessa forma antes, e o gramscismo, vamos dizer assim, é o fator que melhora a condutibilidade atmosférica para essas ideias. Começa a circular e entrar em tudo que é buraco que há por aí sem que você entenda como.

[Pergunta] *Uma pergunta se eu não sei se aqui é cabível, professor. Ainda sobre o PT (fiquei positivamente provocado). Se eu invertesse assim a observação – a sua – e dissesse: “olha, o que talvez tenha ocorrido é, sobretudo (não pelas franjas do partido, professor, mas pelo núcleo dirigente do partido) é, na verdade, a operacionalização de componentes ideológicos e a incorporação de um pragmatismo muito duro. E, do ponto de vista político, eficaz no plano eleitoral”. Se eu lhe provocasse por esse veio, de que o partido, conhecendo as regras do jogo, incorporando-as, e sendo hiperracional, pragmático e objetivo, aprendeu a ganhar eleições com os instrumentos que dispunha, ou que teve acesso, e, complemento, operacionalizando questões ideológicas em prol de sua elite política que talvez tenha privatizado a ocupação do espaço público, via partido. Essa é a provocação que eu lhe faço.*

*Bolívar Lamounier* - Sim, é bastante assim que eu vejo. Você sintetizou muito bem. O PT, na origem, tinha “só” os defeitos dessa ideologia que eu descrevi e mais os defeitos que são, a rigor, universais do sindicalismo. O sindicalismo não é um jardim da infância em país nenhum. Ele é bastante grosso, usa os meios como bem lhe apraz para obter os fins. Com o tempo, o PT entrou para a luta eleitoral, e ganhando algumas cidades grandes, ganhando São José dos Campos, Ribeiro Preto é um caso notório, ele aprendeu a arte do superfaturamento, que é uma arte importante de ser dominada para

quem quer viver na política com uma beirada financeira um pouco maior do que a normal. A arte de obter através dos serviços públicos e através de contratos um fundo financeiro para a atividade eleitoral. Isso não era tão percebido e nem tinha uma dimensão tão extraordinária até 2002. Em 2002, o Lula ainda chega como uma espécie de homem... Quase um consenso, “tá na hora mesmo de ele ser presidente”, as pessoas diziam, “não há porque não chegar lá”. Eu sei de muitas pessoas, até tucanas, que votaram no Lula. Votaram no Lula é exagero, mas que não ficaram magoadas ou irritadas ou antagonizadas. Dali em frente, eu acho que os componentes negativos foram exponenciados pelo que nós presenciamos ano após ano. O recurso sistemático à corrupção; sistemático, não só a leniência com pequenos malfeitos, mas o uso planejado em larga escala de corrupção nas estatais e noutros locais, em primeiro lugar. Segundo, por parte do Lula, sobretudo à medida que ele sentia a popularidade, o uso do vocabulário político, do vocabulário no calor da hora, de um cinismo e de um grau de mentira como nunca houve na política brasileira. Nunca houve. O Lula criar a marca antitucana da “herança maldita”. Além da grosseria que isto representa em relação ao presidente anterior, nenhum presidente brasileiro fez isto. Você não tem um único exemplo de um presidente que, ao chegar no poder, tenha “pão, pão; queijo, queijo” descrito dessa maneira, e ainda mais o presidente que criou condições para ele governar, nesses termos. A transição de governo do Fernando Henrique para o PT foi exemplar, tudo aberto, tudo facilitado, todos os funcionários à disposição. O Lula, quando criou isto, deu a senha de que o governo ia ser uma guerra permanente contra o Fernando Henrique em particular, e contra o PSDB, de um modo geral. E foi indo. Ao entrar em cena a corrupção e o espírito faccioso do Lula – porque o Lula tem um espírito faccioso – a coisa ficou grave. Espírito faccioso que o Lula não hesita em levar a extremos como uma ameaça sibilina, de ir pra rua, de partir para a violência, os exércitos do Stédile... Isso é um blefe, isso é apenas para atemorizar. O Lula pessoalmente, como líder político, é um medroso; ele nunca faria o que o Brizola fez aqui, convocando a Brigada Militar. Nunca faria. Ele, perto do Chávez, é um sujeito

frouxo. Agora, ele sabe usar, um pouco fascisticamente, as ameaças ao sistema; isso ele faz de maneira contumaz.

[Pergunta] *O processo de democratização do pós-regime militar parece estar se consolidando. E, nele, sobressaem-se características típicas de regimes político-eleitorais rotinizados: a repetição da linguagem política, a irritação com a (suposta) “mesmice” dos partidos, a crítica à figura do político e da política... Como examinar esse fenômeno?*

*Bolívar Lamounier* - Eu acho que o “suposta” aí diz tudo. São coisas inerentes a uma democracia estabilizada. Não há país nesse planeta onde as pessoas adorem os políticos. Sempre há crítica, quer o país vá bem quer vá mal; quando ele vai mal então é terrível. Mas eu creio que, nesses termos genéricos, a discussão não prospera muito. O que eu acho importante é nós trabalharmos num exercício de “botar o dedo” nessas coisas menos exploradas. Como a “herança maldita”, por exemplo. Eu acho que ninguém deu o relevo que era preciso dar ao Lula usar isso diariamente como águia.

[Pergunta] *Uma questão sobre memória. Escrever uma obra em que se retomam algumas questões já trabalhadas implica, às vezes, em retificar ou ratificar posições. Que pontos de sua copiosa obra – se existem, em sua opinião –, o senhor avalia como merecedores de revisão?*

*Bolívar Lamounier* - A nossa entrevista vai se prolongar por umas cinco ou seis horas...

[Risos]. *Não vai, não vai, prometo que não vai. É a última pergunta, eu prometo.*

*Bolívar Lamounier* - É muito difícil dizer. Eu desde o início queria fazer um trabalho mais na linha da história das ideias. O que eu fiz neste livro (*Tribunos...*), de certa maneira eu comecei num artigo que saiu naquela coleção da *Civilização Brasileira*. Eu ali es-

tava me propondo a começar um trabalho. Mas aí veio o período de 74 [1974] – a eleição de 74, que foi um divisor de águas muito importante –, então eu mergulhei na questão eleitoral, e passei a trabalhar e a treinar estudante na pesquisa eleitoral, sempre tentando acoplá-la à discussão da conjuntura. Não a técnica pela técnica ou então a discussão institucional. Na área institucional, eu acho que a minha obra é fraca. Fraca pelo seguinte: foram coisas que eu escrevi no calor da hora. Eu fui para a comissão Afonso Arinos, dias e mais dias de reunião, eu não tinha tempo para pensar em profundidade várias questões institucionais; escrevi sobre muitas delas, mas sem a solidez que eu gostaria. Se eu ainda tiver a oportunidade, eu gostaria de voltar a elas. Depois, eu fiz também algumas pesquisas sobre as elites brasileiras, mas muito preso ao método do questionário. Agora eu estou consciente de que eu não posso ficar só no questionário para entrevistar os advogados [Esclarecimento: Bolívar Lamounier está aplicando questionários na comunidade jurídica em face de uma pesquisa]. Digamos assim, o questionário é o pivô central dos agricultores, você precisa olhar em volta muita coisa e pesquisar muito mais. Eu não pude fazer isso também, porque foi nos anos 90 [1990], num período ainda bastante conturbado. Eu dirigia um instituto que estava se tornando inviável financeiramente, então eu acabei ficando só nas pesquisas de atitudes, mas eu gostaria de ter estudado as elites brasileiras num sentido mais aprofundado. Quando eu digo elites, evidentemente eu não estou usando no sentido da Marilena Chauí, quer dizer, não é uma elite conspiratória, que se reúne às três da manhã e fica planejando qual a próxima maldade que vai fazer com o país. A elite de um País é composta pelos ápices de diferentes pirâmides; você tem o ápice dos empresários, o ápice dos bispos, o ápice dos políticos, o ápice dos intelectuais... Este círculo é a elite do País. Eu não faço nem um juízo de valor e nem especulo sobre que hora elas se reúnem para tramar as suas crueldades.

Recebido em 29/05/2015

Aprovado em 1º/06/2015